

José Luís Fiori

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e professor titular de Economia Política Internacional na UFRJ e na UERJ.

A Propósito de uma “Construção Interrompida”

A atrofia dos mecanismos de comando dos sistemas econômicos nacionais não é outra coisa senão a prevalência de estruturas de decisões transnacionais, voltadas para a planetarização dos circuitos de decisão. A questão maior que se coloca diz respeito ao futuro das áreas em que o processo de formação do Estado nacional se interrompe precocemente.¹

A maior homenagem que se pode fazer a um intelectual é reconhecer a atualidade e



fecundidade permanente do seu pensamento, sua capacidade demonstrada de analisar e antecipar os acontecimentos, captando as tendências estruturais e de longo prazo da história, e de provocar, de forma constante, o pensamento dos seus contemporâneos. Isso é o que se pode dizer da obra de Celso Furtado, que soube manter-se permanentemente fiel à sua própria concepção de que

aos intelectuais cabe-lhes aprofundar a percepção da realidade social para evitar que se alastrem as manchas de irracionalidade que alimentam o aventureirismo político; cabe-lhes pro-

jetar luz sobre os desvãos da história onde se ocultam os crimes cometidos pelos que abusam do poder; cabe-lhes auscultar e traduzir as ansiedades e aspirações das forças sociais ainda sem meios próprios de expressão.²

Tal consciência e compromisso dão seriedade ainda maior à sua preocupação com as conseqüências de longo prazo da nova estratégia econômica liberal dos governos brasileiros na década de 1990. Sua advertência, no livro *Brasil, a construção interrompida*, é muito clara: “Na lógica da ordem econômica internacional emergente parece ser relativamente modesta a taxa de crescimento que corresponde ao Brasil. Sendo assim, o processo de formação de um sistema econômico nacional já não se inscreve naturalmente em nosso destino nacional”.³ Diagnóstico que o leva a concluir e advertir, no plano político, que

num país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais, na ordenação das atividades econômicas, conduzirá quase necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional.⁴

Uma previsão frustrante, se tivermos presente um conceito e uma hipótese que atravessam o trabalho teórico e as análises históricas de Celso Furtado e, ao mesmo tempo, reaparecem como condição

essencial do seu projeto político-econômico: sua concepção e projeto de uma “formação econômica nacional”, e sua hipótese de que ela só se concluiria com a criação “dentro do território brasileiro de um sistema econômico articulado e capacitado para autodirigir-se (...) (através) de centros de decisão consistentes e autônomos”.⁵ Essa premissa sustenta sua convicção de que a formação de um sistema econômico nacional brasileiro teria três condições indispensáveis: a primeira seria a criação e fortalecimento de “centros endógenos de decisão” capazes de nos dar “a faculdade de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades estabelecidas por nós mesmos”;⁶ a segunda seria que esse processo fosse acompanhado por uma crescente homogeneização da sociedade, capaz de abrir espaço para a realização do potencial da cultura brasileira; e a terceira, finalmente, que a própria idéia da ‘formação’ se fizesse ‘vontade coletiva’ e projeto político capaz de acumular a força indispensável para transformar a agenda das prioridades nacionais em dimensão política do cálculo econômico.

Para Celso Furtado, esse era um processo em pleno curso – pelo menos desde os anos de 1930 – que foi atropelado pelas transformações mundiais que se aprofundaram a partir da década de 1970 e interrompido pelas políticas e reformas liberais levadas a cabo pelos governos brasileiros da década de 1990. “A perda de controle dos fluxos de liquidez inter-

nacional pelos bancos centrais e a rápida integração dos sistemas monetários e financeiros deram lugar a uma situação nova em que a própria idéia de sistema econômico nacional passou a ser apresentada como anacronismo". Quando, na verdade, segundo Furtado,

a atrofia dos mecanismos de comando dos sistemas econômicos nacionais não é outra coisa senão a prevalência de estruturas de decisões transnacionais, voltadas para a planetarização dos circuitos de decisões. E a questão maior que se coloca diz respeito ao futuro das áreas em que o processo de formação do Estado nacional se interrompe precocemente.⁷

E isso porque, como o próprio Furtado já dissera muito antes,

debilitar o Estado como centro de decisões independente dos conglomerados internacionais não significa, na América Latina, fortalecer a iniciativa privada; significa, sim, renunciar à formação de um sistema econômico nacional, isto é, um sistema de produção articulado em função dos interesses da coletividade nacional.⁸

Daí sua conclusão de que o Brasil, ao estar assistindo neste final de século o desaparecimento de sua "esperança de desenvolvimento", também está perdendo a expectativa e a vontade coletiva que foram decisivas para a construção e preservação de sua unidade e – apesar de sua crise quase permanente – do próprio pac-

to federativo. Por isso, não o surpreende a multiplicação recente dos conflitos verticais e horizontais que vêm erodindo, sobretudo nesta década de 1990, os laços de solidariedade inter-regional, indispensáveis ao funcionamento de qualquer república federativa.

A própria obra de Celso Furtado fornece os elementos que pretendemos utilizar para prolongar sua reflexão, rediscutindo alguns aspectos da 'formação nacional brasileira'. Nosso objetivo é sustentar a hipótese de que existem contradições na forma de inserção internacional e de organização interna da sociedade brasileira, que foram responsáveis por uma espécie de inconclusividade 'originária e crônica' do projeto de construção da nossa autodeterminação econômica e política. Nesse caso, se poderia dizer, inclusive, que foi um interregno desenvolvimentista – entre 1930 e 1980 – que despertou as esperanças e criou a expectativa de que já tivessem se fortalecido e autonomizado, durante esse período, 'centros internos de poder' dispostos a completar e operar um 'sistema econômico articulado e capacitado para autodirigir-se'. Se essa hipótese for correta, também se poderia dizer que a década de 1990 não foi apenas uma interrupção de um processo lento porém contínuo de 'formação' ou 'construção nacional', mas o fechamento de um parêntesis e o retorno aos trilhos de um caminho que começou a ser construído muito antes e

que vem sendo percorrido pelo menos desde o “advento do núcleo industrial, na Europa do século XVIII, e que provocou uma ruptura na economia mundial da época, passando a condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da terra”.⁹

Para refletir-mos sobre essa hipótese, devemos partir da própria visão de Furtado sobre o desenvolvimento capitalista. Ele estiliza esta história, em vários momentos de sua obra, identificando a existência – como ‘tipos ideais’ – de duas etapas fundamentais do ‘modelo clássico’ de desenvolvimento histórico de longo prazo do capitalismo. A primeira, mais prolongada, deu-se quando a mão-de-obra era abundante e o progresso tecnológico lento, incremental e quase vegetativo. A segunda desenvolveu-se a partir da revolução tecnológico-industrial que colocou o norte da Europa, definitivamente, no epicentro da economia capitalista mundial.

O mesmo recorte histórico Celso Furtado utiliza para analisar a inserção internacional e a evolução estrutural da economia brasileira, sobretudo durante a sua ‘segunda etapa’, depois da ‘revolução industrial’. Sua tese já é clássica e bem conhecida, mas vale lembrá-la como ponto de partida de nossa hipótese. No seu livro *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, publicado em 1984, Furtado nos ensina que “a história do capitalismo industrial está marcada pela formidável expansão geográfica do seu núcleo central

ocorrida na fase inicial” e que “o sistema de divisão internacional do trabalho é fruto deste núcleo industrial original, em seu empenho de ampliar os circuitos comerciais existentes e de criar novas linhas de comércio”. Nesse processo,

a iniciativa esteve com as economias que se industrializaram e geravam o progresso técnico; a acumulação rápida que nelas tinha lugar constituía o motor das transformações que iam se produzindo em todas as partes. As regiões que neste quadro de transformações tinham suas estruturas econômicas e sociais moldadas do exterior, mediante a especialização do sistema produtivo e a introdução de novos padrões de consumo, viriam a constituir a periferia do sistema.¹⁰

Foi nesse mesmo momento que se formaram e consolidaram, segundo Furtado, as condições originárias do subdesenvolvimento, que ele define como uma “situação estrutural que reproduz permanentemente a assimetria entre o padrão de consumo cosmopolita de uns poucos (os modernos e modernizantes), que estão de fato integrados no mundo desenvolvido, e as debilidades estruturais do capitalismo periférico”. Dualidade responsável pela limitada difusão do progresso tecnológico, reforçada e reproduzida, permanentemente, pela dependência cultural de ‘elites’ que sempre se apresentaram, através das gerações, como portadoras de projetos análogos de modernização da sociedade brasileira.

Não nos interessa aqui retomar o debate nem subscrever a tese econômica e sociológica de Furtado sobre as relações entre o consumo suntuário e o subdesenvolvimento.

O que propomos é apenas acompanhar, naqueles dois momentos históricos estilizados e nos dois espaços hierarquizados por Furtado, uma história paralela à da inovação e difusão tecnológica. A história da origem – extremamente complexa e prolongada – dos primeiros estados territoriais europeus, onde a formação dos mercados e do sistema capitalista – a um só tempo nacional e ‘global’ – se combinou com ‘vocações territoriais’ expansivas e competitivas. Esse nascimento ocorreu na Europa, como todos sabem, entre os séculos XV e XVIII, a chamada era mercantilista, ou também, parcialmente, manufatureira. Foram três séculos de luta intra-européia e de competição colonial. Mas foi também o período em que se consolidou, na paz e na guerra, a tormentosa aliança entre os príncipes e os detentores do capital, ao mesmo tempo em que avançavam, com maior ou menor sucesso, os projetos de criação de ‘sistemas econômicos endógenos’. Também aqui se pode reconhecer uma ruptura, que ocorre entre o final do século XVIII e a primeira metade do XIX, quando se altera a natureza e a hierarquia do núcleo político responsável pela administração de uma ‘economia-mundo’ capitalista, que passa a nos incluir na forma de uma economia periféri-

ca, tal como aparece descrita e analisada por Celso Furtado. Mas as regras básicas de relacionamento entre os estados territoriais – e destes com o processo de expansão dos mercados e dos capitais privados – permaneceram e se prolongaram através dos séculos seguintes. Esse é um ponto muito importante, não apenas porque introduziu o território brasileiro no ‘sistema colonial’ português e, a partir daí, nos conflitos geopolíticos e econômicos europeus, mas também porque contém algumas lições decisivas sobre os processos originários de formação dos estados e dos sistemas econômicos territoriais que lograram se autodeterminar; lições que podem ser úteis para a discussão sobre a hipótese da ‘inconclusividade nacional brasileira’.

* * *

Os limites de uma conferência¹¹ impedem uma releitura mais extensa e indispensável dessa história e nos obrigam a uma síntese imediata e rápida do que consideramos mais importante para o nosso objetivo. Referimo-nos a alguns ensinamentos sobre os aspectos mais permanentes das relações entre os estados, os capitais privados e os processos simultâneos de ‘endogenização nacional’ e expansão imperial do capitalismo e do seu núcleo europeu interestatal de gestão política. Quais as principais lições dessa história, do nosso ponto de vista?

A primeira é que o casamento do Estado com o capitalismo é originário e indissolúvel, mas foi sempre mais estre-

to e expansivo em alguns estados do que em outros;

A segunda é que os dois, ao nascerem juntos, constituíram, a um só tempo, os territórios e as economias 'nacionais' e os impérios coloniais. Isso vai numa direção oposta ao senso comum, que tende a considerar que os estados territoriais foram um freio permanente e impotente ao movimento de mundialização do capital. Quando, ao contrário, o que a história nos ensina desde o século XVI é que, se o capital sempre teve uma propensão incontida à globalidade, os estados territoriais originários já nasceram movendo-se – ou muito pouco depois de se haverem formado, já se moviam – em direção à 'extraterritorialidade' e à tentativa de constituição de impérios cada vez mais globais. Uma lei implacável com relação ao comportamento pelo menos dos que vieram a se constituir no núcleo dominante do sistema interestatal. Lei de ferro que se manifesta de maneira originária e intensa durante todo o período de formação do sistema estatal: entre a guerra turco-veneziana que culmina na Paz de Buda, de 1503, "celebrada entre a Turquia, Moldávia, Ragusa, Veneza, o Papado, a Boêmia-Hungria, a Polônia-Lituânia, Rodes, Espanha, Portugal e a Inglaterra, o primeiro grande acordo internacional dos tempos modernos",¹² e a Guerra dos Trinta Anos que culmina na Paz de Westphalia, de 1648, em geral considerada como data de nascimento do sistema interestatal. Período em que a expan-

são do domínio ibérico, em direção à África e à Índia, trouxe a América para dentro da história européia. Mas, depois disso, essa 'lei de ferro' seguiu atuante nas disputas intra-européias pelos novos territórios e enclaves coloniais. Conflitos que se mantiveram ativos, mesmo depois e muito mais à frente, empurrando e contendo a um só tempo a expansão do poder e da riqueza das Províncias Unidas, da França e da Inglaterra;

A terceira lição que podemos extrair, sobretudo do período 'mercantilista' propriamente dito, é que a competição entre esses estados originários não apenas incentivou políticas protecionistas e de monopolização comercial, mas ao mesmo tempo acelerou os processos internos de 'desregulação' e integração que deram origem aos mercados internos e aos primeiros sistemas econômicos 'endógenos'. Segundo Eli Hecksher, inclusive,

a força indubitavelmente mais poderosa do mercantilismo se projetava para dentro e não para fora; se dirigia contra os organismos sociais não obstante mais delimitados, contra as cidades, as províncias, os países e as corporações que haviam imperado na vida social ao longo da Idade Média. Assim considerado, o mercantilismo foi, antes de tudo, um sistema unificador;¹³

Em quarto lugar, a história nos ensina que – pelo menos até hoje – se essa propensão à constituição de um império universal nunca se realizou, foi porque cada novo avanço de cada um desses poderes

políticos e territoriais dominantes encontrou-se e confrontou-se com várias outras 'vocações' iguais e contrárias. E foi a existência simultânea dessas várias vocações iguais e contrárias que permitiu o surgimento de um sistema de 'equilíbrio de poder' e 'hegemonia', que foi sempre transitório e que acabou sendo chamado de 'ordem mundial'. Por isso que Max Weber associou, de forma indissolúvel, a expansão capitalista à competição entre os estados, de tal maneira que se esta fosse substituída por um império universal, o capitalismo também acabaria. Uma hipótese radical e provocadora, mas extremamente interessante para aqueles que sonham ainda hoje com um capitalismo global, sem estados e homogeneizador da riqueza mundial;

Em quinto lugar, a história nos ensina que a competição entre os estados estimulou

e estreitou, permanentemente, a aliança entre os mercadores, os banqueiros e os príncipes, na medida em que se transformou numa formidável alavanca de acumulação de riqueza, configurando o próprio espaço em que sempre se moveram os 'grandes predadores' de que nos fala Fernand Braudel. O lugar onde, na expressão de Giovanni Arrighi,

o dono do dinheiro encontra-se com o dono não da força de trabalho, mas do poder político (...) e onde poderemos desvendar (...) o segredo da obtenção dos grandes e sistemáticos lucros que permitiram ao capitalismo prosperar e se expandir 'indefinidamente' nos últimos quinhentos ou seiscentos anos, antes e depois de suas incursões nos domicílios ocultos da produção;¹⁴

A sexta lição que nos oferece a história



Visita de Celso Furtado, superintendente da Sudene, aos Estados Unidos. 22 de julho de 1961. Arquivo Nacional.

passada é que a relação de competição entre esses 'blocos', formados pela aliança entre estados e capitais privados, acabou gerando uma estrutura hierarquizada de poder e riqueza dentro do próprio núcleo central do sistema, no coração da Europa, e criando ao mesmo tempo um conjunto de territórios e economias – que às vezes são chamados semiperiféricos – dentro da própria Europa;

Por fim, a sétima lição que se pode extrair do casamento entre o capital e os estados territoriais originários é que a competição de que estivemos falando se deu dentro de um conjunto muito limitado de estados que, na sua origem, estavam no norte da Europa e cujo número e identidade modificou-se muito pouco através dos séculos. Um pequeno número de jurisdições políticas autônomas que pode ser considerado como o 'núcleo orgânico' de gestão política do capitalismo, mesmo quando movido por longas e periódicas guerras. Núcleo de gestão cuja competição interna, na guerra e na paz, foi absolutamente decisiva para a expansão dos mercados, a difusão do progresso tecnológico e a acumulação e distribuição da riqueza mundial. E nesse sentido, foi igualmente decisiva para a criação das 'janelas de oportunidade' que permitiram – quando bem aproveitadas – o aumento da participação na riqueza mundial de alguns poucos estados e territórios situados fora do núcleo central do sistema.

Como no modelo seqüencial de Furtado,

também nessa história da formação e competição político-econômica entre os estados territoriais ocorreu uma inflexão decisiva na primeira metade do século XIX. Trata-se de uma consequência da revolução industrial, mas também das revoluções políticas francesa e norte-americana e da vitória inglesa sobre as pretensões francesas, primeiro na Índia e depois na própria Europa. Foram essas vitórias que permitiram à Inglaterra transformar seu poder econômico ascendente numa nova forma do poder mundial – a hegemonia –, que lhe permitiu impor sua liderança à Europa e ao mundo com base na superioridade material, na força ideológica do seu projeto liberal e, sobretudo, no poder expansivo e articulador das suas finanças, exercido no contexto do primeiro sistema monetário internacional – o padrão ouro –, lastreado pela sua moeda, a libra.

Essa nova forma de supremacia inglesa – que começou de fato no século XVIII e prolongou-se pacificamente (na Europa), depois da derrota de Bonaparte, ao longo do século XIX – não impediu, entretanto, a recomposição do núcleo central do sistema e o retorno de uma competição econômica e política, que acabou desembocando na corrida imperialista e nas duas guerras que destruíram a possibilidade de um império mundial inglês.

É interessante notar que a própria expansão inglesa foi responsável pela constituição e fortalecimento dos estados e das economias que acabaram equiparando-se

à Inglaterra e impondo-lhe uma situação de equilíbrio e, mais tarde, uma nova hegemonia mundial. Neste segundo período dessa história política – paralelo à segunda etapa do desenvolvimento de que nos fala Furtado –, que se encerra com a Primeira Guerra Mundial, mantém-se, portanto, as mesmas regras fundamentais de funcionamento anterior do sistema interestatal. Mas, ao mesmo tempo, ocorrem três grandes novidades – paralelas à segunda revolução industrial e ao nascimento do *modern capitalism* –, duas das quais têm importância decisiva para a discussão do nosso problema brasileiro. Em primeiro lugar, o núcleo europeu expande-se e abre suas portas, pela primeira vez, a dois estados situados fora do seu território, os Estados Unidos e o Japão, ao mesmo tempo em que se consolidava, dentro do seu território, um novo poder político capaz de impor sua supremacia na Europa Central, combinando sua unificação territorial com uma estratégia nacional de desenvolvimento capitalista que se transformou em paradigma entre os casos de industrialização tardia. Mais importante do que isso, para nós, entretanto, é a forma como se deu a legitimação das estratégias econômicas de tipo ‘neomercantilista’ utilizadas por alguns estados ou potências emergentes, em pleno auge da hegemonia ideológica do liberalismo econômico. É quando se constrói e impõe uma nova idéia-força – pelo menos no plano simbólico – que propõe a homogeneização, unificação e mobilização de populações

que haviam deixado recentemente a condição da servidão: o nacionalismo. Foi nesse momento e nos países atrasados onde Estado e capitalismo se constituíram tardiamente – sobretudo no que se pode chamar de ‘semiperiferia’ européia – que o nacionalismo assumiu a forma de um projeto consciente e de uma vontade política coletiva e, portanto, também popular. Vontade que fez da homogeneização social e cultural, da ‘endogenização econômica’ e da industrialização sinônimos de ‘construção nacional’. Se excluirmos a Itália, pode-se dizer que foi quase na mesma região em que já se dera a ‘segunda servidão’ e onde Perry Anderson já identificara, no século XVII, a formação de um absolutismo original, em que a função do poder centralizado foi, sobretudo, “defender a posição de classe da nobreza feudal, ao mesmo tempo contra seus rivais do exterior e contra seus próprios camponeses”.¹⁵ E onde, no século XVIII, o ‘despotismo ilustrado’ de Pedro, O Grande, Catarina II e Frederico II espelhou-se no modelo europeu, transformando Voltaire no primeiro ‘consultor internacional’ que se propôs a ajudar a modernização russa. É nesse espaço, em particular na Rússia, Hungria, Polônia, Boêmia, Prússia e, depois, Alemanha, que foi necessário traduzir – no século XIX – a visão e a linguagem ‘elitista’ do mercantilismo sobre as relações do poder com a riqueza, para que as desigualdades sociais se dissolvessem numa estratégia comum de consolidação territorial e expansão das forças produtivas. Como diz Pierre Deyon,

o mercantilismo originário foi “amoral e a-religioso considerando a atividade econômica unicamente como uma fonte de riqueza e de poder e despojando as relações entre os indivíduos de todo idealismo cristão... sendo difícil encontrar na literatura mercantilista qualquer preocupação pelos infelizes, e uma filosofia da felicidade terrena para a maioria”.¹⁶

Não é casual que tenha sido o austríaco Otto Bauer quem escreveu *A questão nacional e a social democracia*, a principal obra marxista sobre a ‘questão das nacionalidades’, publicada em 1907, enquanto seu conterrâneo Rudolf Hilferding escrevia sobre o capital financeiro e iniciava-se o debate sobre a economia política do imperialismo. Tudo isso na mesma região que foi o berço do socialismo revolucionário e o epicentro político e cultural da ‘primavera dos povos’ e da luta das novas ‘nações’ contra o poder dos impérios que controlavam a Europa Central e dividiam o território que veio a se transformar na Itália.

A história recente do século XX é mais conhecida e difícil de ser sintetizada. Mas, apesar disso, em grandes linhas, pode-se afirmar que depois de 1945, de novo, as regras básicas dessa história de ‘longa duração’ do sistema interestatal voltam a se manifestar na expansão imperial norte-americana. Expansão que esbarra na União Soviética, mantendo-se durante 25 anos uma competição interestatal bipolarizada, em que um dos competidores se colocava fora e contra as regras do

próprio sistema econômico controlado pelos Estados Unidos. Mais recentemente, depois da década de 1970, começa uma lenta mudança do quadro econômico e político mundial, que foi longamente tratada no nosso livro *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*.¹⁷ O que parece cada vez mais claro, entretanto, e que acompanha e prolonga as tendências anteriores é que, primeiro na Europa Ocidental, depois na Ásia e agora na Europa Central e na Rússia – à sombra de uma gigantesca supremacia imperial anglo-saxônica –, está ocorrendo um lento processo de reconstrução daquilo que provavelmente virá a ser, no século XXI, o novo núcleo central de gestão político-estatal de um capitalismo que segue seu movimento implacável de centralização e globalização.

Como utilizar essas lições da história para retomar e repensar a questão proposta por Celso Furtado sobre a interrupção do processo de construção nacional no Brasil nas últimas duas décadas do século XX? Primeiro, sublinhando, junto com Furtado, a permanente excentricidade do nosso país com relação à dinâmica do núcleo central da economia capitalista e do seu sistema competitivo de gestão interestatal. Uma posição periférica que pesou decisivamente no nosso desenvolvimento tecnológico, na evolução da nossa estrutura produtiva e na reprodução da nossa fragilidade financeira, e que se consolidou no mesmo momento em que se

dava a segunda revolução industrial, junto com um processo de acelerada centralização e monopolização do capital e acirramento da competição imperialista. Uma excentricidade – e esse é o nosso ponto – que nos transformou numa peça secundária e quase passiva da geopolítica do núcleo central, deixando-nos à margem da competição interestatal que funciona há muito tempo – como vimos com Weber e Braudel – como um elemento estratégico da multiplicação da riqueza capitalista. Mas, por outro lado, a nossa inserção como periferia econômica e geopolítica e a formação do nosso estado imperial ocorreram simultaneamente – portanto sem ‘atraso gregoriano’ – com a industrialização da semiperiferia europeia, que estava impondo ao núcleo central do sistema alguns novos sócios; e estes utilizaram, como vimos – na contramão da hegemonia ideológica liberal –, a idéia-força de ‘nação’, como fundamento de um projeto de desenvolvimento econômico de tipo ‘neomercantilista’.

Já faz tempo que as análises comparativas, de tipo histórico-estrutural, tentam estabelecer e analisar as semelhanças e diferenças entre esses dois desenvolvimentos político-econômicos paralelos, utilizando-se, sobretudo, dos conceitos de ‘via prussiana’ e de ‘capitalismos ou industrializações tardias’. Mas, não há dúvida que a comparação mais rica ainda é aquela entre o desenvolvimento econômico, social e cultural do capitalismo na Rússia, depois da abolição da servidão, e

o desenvolvimento do nosso capitalismo brasileiro, depois da abolição da escravidão. Isso porque a Rússia, ao contrário da Alemanha, além de ser tardia era semiperiférica com relação ao capitalismo do norte da Europa. Assim, do nosso ponto de vista, foi a analogia e o paralelismo com o desenvolvimento de uma economia russa dependente do Estado e do capital financeiro internacional – muito mais do que com a ‘via prussiana’ alemã – que colocou a tese de Gershenkron sobre o ‘capitalismo tardio’ do leste europeu no centro do debate sobre os caminhos do desenvolvimento brasileiro. E foi a polêmica dos *narodniks* e as teses de Lenin e Trotsky – sobre a fragilidade e ambigüidade da burguesia ‘nacional’ russa e o peso da massa camponesa e ‘subproletária’ – que alimentaram as intuições centrais da teoria da ‘dependência associada’ que aparece na América Latina, nos anos de 1960/70. Finalmente, foi a história da *intelligentsia*, entendida como o ‘lugar’ em que se deu a tentativa mais nítida, sintética e combativa de definição da identidade da ‘mãe Rússia’ – esta vista como fundamento de um projeto nacional e popular de revolução social –, que se transformou no paradigma de referência para análise do papel da nossa própria intelectualidade que discute, desde a segunda metade do século XIX, sobre o que seja a ‘identidade nacional’ brasileira e como transformá-la em fundamento de um projeto de modernização econômica e social.

Não há dúvida que é na produção literá-

ria dessa intelectualidade e no retrato que fazem da vida social dos seus povos que se pode surpreender, de forma mais nítida, o sentimento de 'atraso' das elites desses países com relação ao núcleo europeu que define os parâmetros da 'alta cultura' e da 'correta temporalidade' social e econômica. Ao mesmo tempo, é onde se pode reconhecer com mais facilidade a tensão permanente que divide tal intelectualidade entre o seu cosmopolitismo e o seu localismo, entre sua vida urbana e sua mitificação da vida rural, entre suas preocupações sociais universalistas e suas lealdades nacionais.¹⁸ A existência, nessas duas distintas periferias do centro econômico e cultural da modernidade capitalista européia, de tensões similares entre o social e o nacional e entre o local e o internacional é que nos induz a pensar na utilidade da tese de Karl Polanyi – sobre o 'duplo movimento' responsável pela grande trans-

formação do capitalismo entre os séculos XIX e XX – para refletir sobre as semelhanças e especificidades do desenvolvimento desses países que fizeram suas intelectualidades viverem, desde sempre, um sentimento permanente de 'inconclusividade nacional'.

Relembrando apenas, Karl Polanyi identifica a existência de um 'duplo movimento' na história do capitalismo industrial e liberal, que seria o resultado histórico da

ação de dois princípios organizadores da sociedade (liberal), cada um deles determinando os seus objetivos institucionais específicos, com o apoio de forças sociais definidas e utilizando diferentes métodos próprios. Um foi o princípio do liberalismo econômico, que objetivava estabelecer um mercado auto-regulável, dependia do apoio das classes comerciais e usava principalmente o *laissez-faire* e o livre-comér-



Celso Furtado com João Goulart e Juscelino Kubitschek. Fortaleza, 30 de março de 1960. Arquivo Nacional.

cio como seus métodos. O outro foi o princípio da proteção social, cuja finalidade era preservar o homem e a natureza, além da organização produtiva, e que dependia do apoio daqueles mais imediatamente afetados pela ação deletéria do mercado – básica, mas não exclusivamente, as classes trabalhadoras e fundiárias – e que utilizava uma legislação protetora, associações restritivas e outros instrumentos de intervenção como seus métodos.¹⁹

Polanyi reconhece, na sua história da ‘civilização liberal’ do século XIX, a existência de uma hierarquia política e monetária internacional. Afinal, ele também era austro-húngaro e não podia ser insensível às desigualdades intra-europeias; mas apesar disso não consegue se desfazer completamente do quebra-cabeças colocado pela forma desigual e territorial como se manifesta o seu ‘duplo movimento’. Por conseguinte, ao descrever as mudanças da segunda metade do século XIX, conclui que

desde os anos de 1870 observou-se uma mudança emocional, embora não houvesse uma ruptura correspondente nas idéias dominantes. O mundo continuava a acreditar no internacionalismo e na interdependência, enquanto agia sob os impulsos do nacionalismo e da auto-suficiência. O nacionalismo liberal se transformava num liberalismo nacional, com seus mercados se apoiando no protecionismo e no imperialismo na área externa e no

conservadorismo monopolista na área interna. (...) Na verdade, o novo nacionalismo foi o corolário do novo internacionalismo.²⁰

Isso apesar dele também se dar conta de que foi a Alemanha quem teve que se separar “... deliberadamente do sistema internacional de capital, mercadoria e moeda, de forma a diminuir a autoridade do mundo exterior sobre si mesma...”,²¹ e de que, por outro lado, fora a Rússia, mais tarde, forçada “a seguir, relutantemente, os caminhos da auto-suficiência. (E onde o) socialismo em um único país foi originado pela incapacidade da economia de mercado em estabelecer uma ligação entre todos os países; o que parecia uma autarquia russa era apenas a morte do internacionalismo capitalista”.²² Por isso, apesar de perceber especificidades históricas e desigualdades territoriais, Polanyi acaba sempre concluindo que, no longo prazo, na Europa, o protecionismo interno e externo, social e nacional tendeu a fundir-se.

Do nosso ponto de vista, os dois ‘princípios’ de que fala Polanyi são universais porque são manifestações político-ideológicas de duas contradições essenciais – ou ‘materiais’ – do próprio capitalismo: a contradição entre o capital e o trabalho e a contradição entre a globalidade dos seus fluxos econômicos e a territorialidade de sua gestão política. Essa não é sua maneira de ver e talvez por isso não consiga introduzir no seu modelo teórico o efeito do desenvolvi-

mento territorial desigual do capitalismo, tanto quanto o efeito da competição e hierarquização do poder dos estados nacionais. Como consequência, Polanyi tampouco trabalha e desenvolve a hipótese de que seu 'duplo movimento' pudesse se manifestar por distintos tempos e formas, produzindo efeitos igualmente distintos nas várias sociedades nacionais. E é exatamente esse o ponto que nos interessa sublinhar: apesar de sua universalidade, esses dois princípios atuam de forma completamente diferente fora do núcleo original (norte-europeu) do sistema. Entretanto, para poder introduzir essa dimensão histórico-territorial, é necessário primeiro clarificar, conceitualmente, algumas distinções – básicas para o nosso objetivo – no raciocínio de Polanyi. A primeira é que o 'segundo princípio' de Polanyi – o da 'autoproteção social' – sempre teve duas faces, que ele mesmo reconhece, mas que não são necessariamente coincidentes ou convergentes. Por um lado, esse segundo princípio atua e identifica-se com os processos nacionais de auto-regulação progressiva das relações sociais internas de cada país, que resultaram, na história de Polanyi, de uma politização das relações de classe, forçando uma lenta democratização dos sistemas políticos europeus. Mas esse mesmo princípio também se manifestou sob a forma da regulação estatal das relações econômicas externas de cada país, voltada para a proteção dos seus sistemas econômicos nacionais. Autoproteção econômica que assumiu a forma – quase sem-

pre – de políticas de tipo 'neomercantilistas'. Porém, atenção: deve-se notar que essa mesma autoproteção da economia nacional pôde ser feita, no caso da potência hegemônica – ou de seus 'sócios' mais próximos dentro do núcleo central –, por meio da defesa do livre-cambismo e de políticas 'liberal-internacionalizantes'. Essa diferenciação é que nos permite aceitar e analisar – ainda nos termos do Polanyi – a constatação histórica de que as várias faces dos dois 'princípios' se manifestaram de forma completamente diferente – na segunda metade do século XIX – dentro do seu núcleo originário e dominante e na sua 'semiperiferia'. Essa é, do nosso ponto de vista, a explicação dessas assimetrias e arritmias intra-europeias que nos reconecta com as 'lições históricas' a respeito da competição entre os velhos estados territoriais e os novos estados nacionais, situados na semiperiferia europeia, mais Estados Unidos e Japão.

Juntando as duas pontas do nosso raciocínio (num exercício muito elementar de exemplificação), é possível ver que – mesmo mantendo-nos dentro do espaço ampliado europeu – a principal força de sustentação do 'princípio liberal-internacionalizante' de que nos fala Polanyi sempre foi o poder material e cultural da potência econômica dominante ou, no máximo, de um limitado número de estados situados no topo da hierarquia do que chamamos de 'núcleo central' do sistema político-econômico capitalista.

Por outro lado, o segundo princípio – de autoproteção social – só se manifestou na forma de uma democratização progressiva das instituições políticas e de uma lenta regulação das relações sociais nesses mesmos países do núcleo central. Enquanto que nos territórios situados na semiperiferia européia, onde foi mais intensa a autoproteção econômica nacional, a regulação social ocorreu na forma de ‘surto’, mais concentrados no tempo e menos democráticos, até porque havia sido mais recente a desregulação dos mercados do trabalho e da terra e, portanto – como diz o próprio Polanyi –, “era a propriedade industrial e não mais a comercial que devia ser protegida, e não mais contra a Coroa mas contra o povo”.²³

Também no Brasil, os mercados da terra, do trabalho e do dinheiro começam a consolidar-se na segunda metade do século XIX, no mesmo momento em que se concluía nossa incorporação econômica como periferia dos mercados europeus e da hegemonia inglesa – exatamente o processo estudado por Celso Furtado. Nossa hipótese é que, nessa periferia, também existiu e segue atuante – na medida em que é coextensivo com o capitalismo – o ‘duplo movimento’ de que nos fala Polanyi. Mas a forma com que se articulam, se desenvolvem e se manifestam os seus ‘dois princípios’ contraditórios – liberal-internacionalizante e de autoproteção nacional; e de desregulação dos mercados e autoproteção social – é completa-

mente diferente da Europa, apesar de que, também aqui, as diferenças tenham muito a ver com a forma como se deu, depois da Independência, a nossa inserção geopolítica e geoeconômica no mundo. São hipóteses muito incipientes e que estão no ponto de partida de uma pesquisa ainda por ser desenvolvida. Seria muito precipitado avançar além disso ou tentar evidenciar, de forma impressionista, o que estamos sustentando. Mas não é inútil nem impossível relembrar alguns pontos históricos que podem servir de orientação preliminar na construção da trilha futura desta investigação histórico-comparativa.

- I. Para começar, relembremos que, na chave de Furtado e Prebisch, nossa transformação em periferia econômica européia – na segunda metade do século XIX – ocorreu como contraface da expansão européia provocada pela revolução industrial. E, do nosso ponto de vista, essa expansão político-econômica do núcleo central do sistema foi liderada pela força hegemônica do ‘princípio liberal-internacionalizante’ e empurrada pela força expansiva da competição interestatal dentro da Europa. Uma conjuntura, portanto, em que a ação das forças liberais da potência hegemônica não apenas estimulou o aparecimento e fortalecimento de forças e políticas protecionistas de tipo ‘neomercantilista’ na semiperiferia européia, como também permitiu e

promoveu a expansão desigual, mas conjunta, do território econômico dos novos e velhos estados nacionais. Expansão que assumiu a forma, por um lado, da segunda grande onda colonial européia – na África e na Ásia – e, por outro, da constituição não colonial da periferia econômica latino-americana.

- II. Essa periferia, por sua vez, passa a ocupar um lugar *sui generis* dentro do sistema, porque já dispõe de um estado territorial independente, mas onde a ação liberal-internacionalizante do *hegemon* e dos seus competidores não gera nenhum tipo de reação protecionista ou de expansionismo regional, como ocorreu com o Japão no sudeste asiático e também com os Estados Unidos. Assim, os estados nacionais desse novo tipo de periferia não só não participam da competição interestatal, mas tampouco sua competição regional ocupa lugar de destaque na multiplicação das suas riquezas nacionais. Como diz Charles Tilly, “os estados da América Latina, do Oriente Médio e da Ásia do leste diferem grandemente no que diz respeito tanto à organização interna quanto à posição dentro do sistema universal de estados (...) [e] ao estender-se ao mundo não europeu, o sistema de estados não continuou simplesmente o mesmo...”.²⁴ E no caso da América Latina em particular

– acompanhando a sua tese central sobre a formação dos estados originários –, os novos estados independentes, que nascem da decomposição dos impérios ibéricos, jamais viveram, como na Europa, as “formas de guerra que esmagaram temporariamente os seus vizinhos, e cujo suporte gerou como produtos secundários a centralização, a diferenciação e a autonomia do aparelho estatal”.²⁵

- III. O Brasil, por sua vez, acaba ocupando um lugar peculiar dentro dessa periferia – e isto já no século XIX – não apenas por ter um território mais extenso, mas sobretudo por haver evitado a sua fragmentação – que ocorreu no caso hispano-americano – por meio da constituição, negociada com os ingleses, de algo extremamente original: nem república, nem estado-nação, mas um novo império tropical que nasce sem guerras de conquista. Como diz Maria da Conceição Tavares,

o novo império brasileiro, nascido à sombra de dois impérios, um decadente e outro no auge de sua expansão mundial, manteve sob seu domínio político a expansão das oligarquias regionais em sua ocupação do espaço e estabeleceu-se aos poucos sobre um território continental unificado. Em menos de um século, os espaços econômicos decadentes da exploração colonial (...) deram lugar a um espaço dominante de acumulação, tendo como centro inter-

no o próprio complexo cafeeiro e como inserção internacional a economia mundial.²⁶

- IV. A partir de então, não é difícil acompanhar o impacto das grandes inflexões econômicas e geopolíticas internacionais nas crises e mudanças internas da economia e da vida política brasileira. Mas, há uma herança dessa organização imperial que atravessará a história – tendo a ver com a competição e hierarquização interna de suas províncias – e que dá origem a uma espécie de ‘núcleo central interno’ do poder político e econômico. Competição e núcleo que se mantêm no período republicano, dando origem a um tipo peculiar de equilíbrio de poder inter-regional, decisivo na forma como se manifestam os ‘dois princípios’ de Polanyi. Assim, não é difícil perceber que, desde nossa inscrição na periferia do capitalismo hegemonizado pela Inglaterra, veio de São Paulo a principal força de sustentação do liberalismo econômico e de sua orientação internacionalizante. Enquanto coube a uma coalizão dos demais estados do núcleo dominante ou da sua semiperiferia, aliados com os militares, sustentar políticas protecionistas e desenvolvimentistas, mesmo quando elas acabassem favorecendo prioritariamente São Paulo. Mas, embora se reconheça a importância da inflexão de estratégia econômica que

ocorre no país depois de 1930, não há dúvida de que ela foi viabilizada pela crise mundial e legitimada pelo princípio do direito universal à autoproteção dos desenvolvimentos econômicos nacionais, aceito e defendido pelas grandes potências depois da Segunda Guerra Mundial. Além disso, há que se reconhecer que o projeto desenvolvimentista de criação de um sistema econômico nacional jamais foi um projeto nacionalista agressivo, nem esteve associado a qualquer idéia de potência, com exceção, talvez, de dois raros momentos nas décadas de 1930 e 1970, quando também estavam em curso mudanças no quadro geopolítico mundial.²⁷

- V. Nesses cento e cinquenta anos de história imperial e republicana, entretanto, o produto e a riqueza nacionais cresceram de forma continuada, realimentados periodicamente pelos ciclos de expansão do crédito, do investimento internacional e do endividamento externo do país. Os momentos de refluxo desses ciclos internacionalizantes, os ajustes e as ‘substituições de importações’ sempre tiveram como objetivo fundamental a preservação da riqueza mercantil e patrimonial das nossas classes proprietárias. E quando deram lugar, como depois de 1950, a uma verdadeira expansão industrial, esta seguiu apoiando-se, basicamente, na inter-

venção do estado sobre o crédito e/ou investimento externo.

O que importa, no caso desse tipo de economia, é, por um lado, o papel central da questão do câmbio e do crédito externo – que se transformam na principal correia de transmissão econômica entre o que ocorre no núcleo orgânico e nesse tipo de periferia capitalista: uma verdadeira porta de entrada ou saída para os países que descartaram as alternativas ‘neomercantilistas’ ou nacionalistas e optaram por alguma variante do modelo de ‘desenvolvimento associado’. Por outro lado, destaca-se o papel central do controle do poder do Estado, como instrumento de preservação e multiplicação interna da riqueza – sobretudo mercantil e patrimonial –, como já foi dito.

É sobre este pano de fundo que se sobressai a natureza paroxística dos debates ideológicos que atravessaram a ‘era desenvolvimentista’ e cada uma de suas crises. Nacionalismo versus cosmopolitismo, estatismo versus liberalismo e estabilização versus crescimento, na verdade, foram sempre clivagens táticas no manejo da política econômica, só adquirindo dimensões ideológicas e estratégicas na cabeça de alguns intelectuais, dos militares e de um número reduzido de empresários industriais. Nos momentos de expansão e fuga para frente, todos estiveram juntos e o debate arrefeceu, mas o con-

senso se desfez em todas as reversões cíclicas. Nos primeiros momentos, agigantava-se a face desenvolvimentista, nos outros, reacendia-se a ira antiestatal e a força dos liberal-internacionalizantes...²⁸

VI. Nesse sentido, pode-se dizer que, apesar de alguns momentos isolados, nossas elites econômicas nunca tiveram necessidade de atrelar a defesa e acumulação de sua riqueza mercantil e patrimonial a qualquer tipo de projeto nacional e popular. Pode-se dizer mesmo que a expansão da ‘riqueza brasileira’, ao não passar pela competição interestatal, tampouco precisou passar pela ideologia da nação, uma vez que nunca precisou e nem sequer se propôs integrar – ainda que fosse no plano simbólico ou ideal – o processo de desenvolvimento econômico com a homogeneização social ou cultural do território e sua população.

Desde a nossa versão local e regionalista das ‘revoluções democráticas’, nas décadas de 1840 e 1850, que o discurso republicano de nossas elites regionais, comprimidas entre o Império e o medo da rebelião social, não pôde nem precisou transformar-se em discurso nacional. Como disse Tavares, “as nossas reformas burguesas sempre tiveram como limites dois medos seculares das nossas elites ilustradas: o medo do Império e o medo do Povo”.²⁹

VII. Uma trajetória que nos dá uma pista para compreender porque, pelo menos até a década de 1930, as iniciativas democratizantes e regulatórias das relações de trabalho e de proteção social só apareceram no campo político em alguns poucos países latino-americanos, semelhando uma espécie particular de domínios informais da Inglaterra, como foi o caso da Argentina e do Uruguai. Enquanto que, no Brasil, esse mesmo princípio ou movimento de autoproteção social só se manifestou de forma tardia, depois da abolição da escravidão, em 1888, e sobretudo depois de 1920. E se nos compararmos (do ponto de vista histórico, sem nenhum juízo de valor nem prescrição normativa) com a semiperiferia européia, veremos que, mesmo depois da década de 1920, só em dois rápidos momentos – nas décadas de 1930 e 1970 – pode-

se dizer que houve uma certa convergência entre os movimentos de autoproteção nacional e a regulação autoritária das relações sociais. Em verdade, a ação do ‘princípio de autoproteção social’, no Brasil, foi extremamente lenta e não seguiu a trajetória das revoluções democráticas e socialistas européias, nem a das modernizações autoritárias e ‘pelo alto’, ficando mais próxima da evolução secular dos Estados Unidos, com quem nossas elites já haviam partilhado – em sua Inconfidência Mineira – o sonho da criação de um república escravocrata.

VIII. Do nosso ponto de vista, passa por aí a explicação de porque, embora a ‘questão nacional’ tenha sido tematizada no Brasil sem nenhum ‘atraso’ em relação ao resto do mundo semiperiférico, foi sempre um pro-



Celso Furtado no ato presidencial de inauguração da Panair do Brasil. Rio de Janeiro, s.d. Arquivo Nacional.

blema dos nossos intelectuais e militares, muito mais do que de nossas elites políticas e econômicas. Não é casual o fato de que a intelectualidade brasileira esteja há cento e cinquenta anos se debatendo sem sucesso, na tentativa de formular um conceito e um projeto de nação que pudesse dar conta dessa aparente 'desconjunção' brasileira, enquanto o 'país real' dos donos do poder e da riqueza expandia-se, de forma cíclica mas continuada, através das portas abertas pelo liberalismo-internacionalizante e de costas para o povo. Na verdade, esse 'país real' nunca precisou da idéia de nação, e sua vontade política dirigente nunca apontou efetivamente para a 'construção de um sistema de decisões e produção capaz de definir e hierarquizar por si mesmo objetivos coletivos ou nacionais'.

- IX. Nesse ponto, pode ser de enorme importância e fecundidade – para discutir a base material da 'desconjunção' – a separação que faz Braudel entre os planos e os tempos da vida material e quotidiana da maioria da população que constrói sua sobrevivência diária através do país, praticamente à margem da rede de trocas que o atravessa desde o século XVIII. Construção marginal que faz do território brasileiro uma imensa economia de mercado, distinguindo-o do espaço em que se reproduz e acumula a riqueza propriamente ca-

pitalista, articulada, desde sempre, às possibilidades abertas pelas sucessivas ordens mundiais 'liberal-internacionalizantes'.

É por isso que no Brasil, como na Rússia, coube às suas *intelligentsias* um papel tão importante na tentativa de identificar as próprias raízes e encontrar uma identidade nacional em que se pudesse sustentar um projeto coletivo de modernização econômica, social e política, que culminasse na construção de uma nação. Mas, é por isso, também, que esse esforço impotente acabou se transformando num sentimento permanente de 'inconclusividade nacional', a qual tem uma base material e social que se mantém e se manifesta de forma explícita na história intelectual brasileira, desde, pelo menos, nossa literatura romântica e a 'escola cientificista' do Recife. É verdade que alcança um nível de rara densidade e beleza na obra de Machado de Assis, como nos ensinou, já faz tempo, Roberto Schwarz. Entretanto, do nosso ponto de vista, foi nos 'modernismos' dos anos de 1920 que se explicitou de maneira mais transparente a ambigüidade e dificuldade dos intelectuais para chegar a um consenso que fundasse um projeto nacional e popular para o país.

Não cabe aqui entrar no debate sobre a história intelectual do nosso conceito de 'endogenia' e nação, mas a verdade é que, se olharmos com cuidado para a hegemonia do projeto liberal da década

de 1990 das nossas elites econômicas e políticas e dos seus intelectuais orgânicos, podemos inclusive pensar que se trata, ainda, de uma das mais acabadas obras 'modernistas'. E, nessa direção, pode-se levantar a hipótese de que o país, hoje, está sendo conduzido por uma aliança verdadeiramente 'antropofágica' e bem-sucedida entre o 'cosmopolitismo' dos jardins paulistas, atrelado às 'altas finanças internacionais', e o 'localismo' dos donos do 'sertão' e da 'mandragem' urbana. Uma aliança de poder que estaria conseguindo, finalmente, concluir a construção interrompida de um projeto secular de inserção internacional e transnacionalização interna dos centros de decisão e das estruturas econômicas brasileiras.

É bem verdade que também se pode pensar na hipótese de que a ambigüidade

material e social e a fragilidade financeira do nosso capitalismo periférico se manterão; podendo, em algum momento, provocar uma reviravolta interna dentro das forças conservadoras, na direção de mais um ciclo de 'fuga para frente'; ciclo que ainda seria sustentado pela abundância de crédito internacional, mas que se voltaria uma vez mais para a expansão da atividade produtiva. Nesse caso, com toda certeza, deve retornar ao primeiro plano da agenda das oposições populares ao atual projeto liberal outra velha advertência de Celso Furtado, que já não tem a ver com a discussão sobre a viabilidade ou não do crescimento econômico, e sim com a da possibilidade de sua democratização: "o ponto de partida de qualquer novo projeto alternativo de nação terá que ser agora, inevitavelmente, o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país".

N O T A S

1. Celso Furtado, *Brasil, a construção interrompida*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 24.
2. Idem, *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, pp. 30-31.
3. Idem, *Brasil, a construção interrompida*, p. 13.
4. Idem, *ibidem*, p. 35.
5. Idem, *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 79.
6. Idem, *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, p. 108.
7. Idem, *Brasil, a construção interrompida*, p. 24.
8. Idem, *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*, p. 55.
9. Idem, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961, p. 178.
10. Idem, *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, pp. 109-110.
11. Este texto é da conferência feita no Seminário Celso Furtado e o Brasil, promovido pela Fundação Perseu Abramo, e realizado em Belo Horizonte, nos dias 22 e 23 de novembro de 1999.

12. Charles Tilly, *Coerção, capital e estados europeus*, São Paulo, Edusp, 1996, p. 238.
13. Eli Hecksher, *La epoca mercantilista*, México, Fondo de Cultura Economica, 1943, p. 6.
14. Giovanni Arrighi, *O longo século XX*, Rio de Janeiro, Editora Contraponto/Unesp, 1995, p. 25.
15. Perry Anderson, *L'État absolutiste: ses origines et ses voies*, Paris, François Maspero, 1978, p. 270.
16. Pierre Deyon, *O mercantilismo*, São Paulo, Perspectiva, 1973, pp. 83 e 86.
17. Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori, *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*, Petrópolis, Vozes, 1997.
18. Ver R. Schwartz, *Ao vencedor as batatas*, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1976; e P. E. Arantes, *O sentimento da dialética*, São Paulo, s.ed., 1992.
19. Karl Polanyi, *A grande transformação*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980, p. 139.
20. Idem, *ibidem*, p. 198.
21. Idem, *ibidem*, p. 239.
22. Idem, *ibidem*, p. 242.
23. Idem, *ibidem*, p. 223.
24. Charles Tilly, *op. cit.*, p. 278.
25. Idem, *ibidem*, p. 262.
26. Maria da Conceição Tavares, "Império, território e dinheiro", em José Luís Fiori (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, Petrópolis, Vozes, 1999, p. 451.
27. José Luís Fiori, "Sonhos prussianos e crises brasileiras", em idem, *Em busca do dissenso perdido*, Rio de Janeiro, Insight Editorial, 1995; e Maria da Conceição Tavares, "Império, território e dinheiro".
28. José Luís Fiori, "Sonhos prussianos e crises brasileiras", p. 81.
29. Maria da Conceição Tavares, "Império, território e dinheiro", p. 453.

A B S T R A C T

The author in this article analyses particularly the book of Celso Furtado, *Brasil, a construção interrompida*, which main subjects are the international economical order and the new liberal strategy of the Brazilian governments in the nineties.

R É S U M É

L'auteur dans cet article analyse particulièrement le livre de Celso Furtado, *Brasil, a construção interrompida*, dont les principaux sujets sont l'ordre économique internationale et la neuve stratégie libérale des gouvernements brésiliens pendant la décade de 1990.